

XV CISO Encontro Norte e Nordeste de Ciências Sociais/Pré-Alas Brasil  
Universidade Federal do Piauí  
GT Gênero, Política, Feminismo e Desenvolvimento.

AS MULHERES E O TRABALHO PARLAMENTAR: UM ESTUDO SOBRE AS  
VEREADORAS DE FORTALEZA

Genilria Rios<sup>1</sup>

**Resumo**

A presença de mulheres na cena pública brasileira nas últimas décadas é inquestionável. O número das postulantes a cargos públicos teve um aumento considerável, em grande parte, por força das cotas. Todavia, o número de eleitas é ainda pequeno, o que suscita muitas reflexões sobre os motivos pelos quais as mulheres não conseguem equidade nesses espaços políticos. Em Fortaleza, historicamente poucas mulheres ocuparam cargos legislativos municipais. Mesmo com o incremento da política de cotas, observa-se ainda uma sub-representação feminina na casa legislativa, onde o número de mulheres nunca ultrapassou 12% dos vereadores. O presente estudo em fase de execução procura compreender e analisar a participação de mulheres vereadoras na Câmara Municipal de Fortaleza, buscando perceber as “formas femininas” de fazer política. Toma como base as diferentes trajetórias das três representantes eleitas para o mandato em vigência e identifica as formas de inserção destas mulheres nesse espaço atentando, sobretudo para a constituição do capital político. Para responder estes questionamentos, foi realizado um mapeamento do perfil socioeconômico e político das vereadoras com base em pesquisas nos *sites* das parlamentares e da Câmara Municipal e em entrevistas semi-estruturadas.

**Introdução**

Este artigo analisa a participação feminina na Câmara Municipal de Fortaleza e tem como escopo investigar a construção do capital político<sup>2</sup> (BOURDIEU, 1989) das vereadoras eleitas para a atual legislatura (2009/2012), buscando identificar como este se relaciona com as diferentes demandas defendidas pelas parlamentares na Câmara de Vereadores. Nesse sentido, procura-se investigar as “causas” que defendem no exercício do mandato, examinando

---

<sup>1</sup> Bacharel em Ciências Sociais e mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFC.

<sup>2</sup> Conceito utilizado por Pierre Bourdieu, definido como reconhecimento social que permite que alguns indivíduos, mais do que outros, sejam aceitos como atores políticos e, portanto, capazes de agir politicamente.

as relações estabelecidas entre as vereadoras e os seus grupos de referência (representados). A pesquisa também procura examinar em que momentos as parlamentares se articulam em torno de causas comuns e se essas causas estão relacionadas com as chamadas “demandas femininas”(MIGUEL, 2001).

A investigação busca refletir acerca das interações e estratégias cotidianas do trabalho parlamentar, tentando identificar em que momento o “nós mulheres” é acionado como um mecanismo de identificação ou diferenciação entre os sexos ou mesmo entre as parlamentares em busca de adesões aos seus mandatos.

Vale salientar que este texto apresenta resultados parciais de uma investigação em andamento e que ainda necessita de coleta de dados empíricos no período pré-eleitoral e eleitoral do ano corrente, bem como de uma análise mais detida das informações coletadas até o momento.

A reflexão acerca da participação feminina na política institucional se constitui em um desafio à pesquisa pela necessidade de ultrapassar às pré-noções que estão disseminadas no senso comum sobre a importância dos atributos de gênero ao campo político.

## **O gênero e a política**

A palavra gênero foi largamente utilizada por feministas americanas na década de 1970 para destacar o caráter social da distinção entre os sexos. Essa corrente feminista rejeitava o determinismo biológico e empregava a categoria gênero com objetivo político de luta contra as desigualdades sexuais, mostrando à sociedade que as diferenças sexuais não geram desigualdade, mas são amplamente utilizadas para naturalizá-las<sup>3</sup>. Nesse sentido, pode-se identificar dois aspectos centrais na definição de gênero: um relacionado à idéia de que o biológico não explica as diferenças de comportamento entre homens e mulheres, já que estas são apreendidas, internalizadas e reproduzidas socialmente. E outra de que essa determinação biológica ocasiona a distribuição desigual de um poder, colocando a mulher em posição de subalternidade diante do homem, o que se constitui em um sistema de dominação masculina (BOURDIEU; 2003).

O desempenho dos papéis sociais estabelecidos previamente entre homens e mulheres se dá por meio do comportamento tanto no que se refere às suas práticas como também às

---

<sup>3</sup> SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Sociedade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

suas representações. Assim, homens e mulheres constroem um *habitus*, que corresponde a um sistema de disposições duráveis que funcionam como estruturas estruturantes. Segundo Bourdieu, um *princípio gerador e unificador que retraduz as características intrínsecas e relacionais de uma posição em um estilo de vida unívoco, isto é, em um conjunto de escolhas de pessoas, de bens, de práticas* (BOURDIEU, 1996, p.21). O *habitus* é aquilo que se adquiriu por meio da interação social e que se encarnou no corpo como sistema de disposições duráveis, ou seja, capacidades treinadas para pensar, sentir e agir de determinado modo. Dessa forma, as diferenças sexuais são ensinadas e reproduzidas como verdades definitivas, como algo tão natural que não é questionado.

A teoria da ação de Bourdieu destaca que cada campo é estruturado por um *habitus* e este constitui o campo. Os campos são microcosmos relativamente autônomos no interior do mundo social. Aplicando esta teoria à política, pode-se afirmar que o *habitus* político está inserido no campo político, um campo de poder que por sua vez está contido no mundo social mais amplo. Os agentes deste campo específico estão dotados do mesmo *habitus* e necessitam do domínio das regras do jogo para buscar aquilo que os posiciona numa relação de dominantes ou dominados no campo que é o capital político.

Todo campo vive um conflito entre os agentes que o dominam e que tem por objetivo reproduzir esse sistema de dominação e os dominados que lutam para subverter as posições no campo. A ocupação da posição de dominante requer o acúmulo do capital político. Logo, a análise do capital político se reveste de importância para compreender o status de homens (dominantes) e mulheres (dominadas) na política. Nesse sentido, é possível crer que as mulheres estão em uma situação de menor *status* político porque detêm menor capital político.

Para subverter as posições de dominação as mulheres lançam mão de estratégias de apresentação de si e a história de vida é um desses mecanismos. De acordo com Bourdieu a história de vida ou biografia supõe um conjunto de acontecimentos da existência individual, *um todo, um conjunto coerente e orientado, que pode e deve ser apreendido como expressão unitária de uma “intenção” subjetiva e objetiva de um projeto* (BOURDIEU, 1996, p.75). Assim, a vida é organizada como uma história que possui uma ordem cronológica e também uma ordem lógica retrospectiva e prospectiva, com uma necessidade de estabelecer relações inteligíveis de efeito e causa eficiente. Para o sociólogo o ganho de coerência está na base do interesse, variável conforme a posição e a trajetória que os indivíduos atribuem à biografia.

## **As vereadoras**

Foram eleitas para a atual legislatura (2009-2012) na Câmara de Fortaleza quatro vereadoras em um universo de quarenta e um parlamentares. As três mulheres pesquisadas possuem experiências variadas de constituição de capital político, construído com base em distintas trajetórias. Nesse sentido, é necessário indagar inicialmente quem são as representantes, suas trajetórias e formas de inserção institucional. A partir de uma pesquisa exploratória, traço uma breve apresentação das parlamentares a serem estudadas com base em trechos de biografias apresentadas nos *sites* individuais e da Câmara de Vereadores de Fortaleza e entrevistas.

### **Francisca Eliana Gomes dos Santos**

Nas eleições de 2000 e 2004, Eliana Gomes se candidatou à Câmara Municipal Fortaleza, não conseguindo se eleger. Em agosto de 2007 assume o mandato como suplente. Em 2008, elege-se vereadora pelo Partido Comunista do Brasil (PC do B), com 6.181 votos distribuídos em 83 bairros da Capital. Educadora social, natural de Canindé-CE, veio para Fortaleza na década de 1970. Filiou-se ao PC do B na década de 1980 e milita nos movimentos sociais desde então.

### **Maria Magaly Marques Dantas**

Nas eleições de 2008 foi eleita (PMDB) com 9.813 votos, espalhados por 96 bairros da cidade, sem concentração de votos por bairro. Vereadora de Fortaleza por três legislaturas consecutivas (1992-1996 - PDS; 1998-2000 - PMDB; 2000-2004 - PTB). Foi suplente na legislatura 2004-2008, assumindo o mandato de vereadora pelo PMDB em 2008, no lugar de Nelba Fortaleza. Irmã do deputado estadual Carlomano Marques, a vereadora é médica do sistema público de saúde.

### **Maria Leda Moreira e Silva**

Nas eleições de 2002, Leda Moreira é eleita deputada estadual (PSL), mas não consegue se re-eleger em 2006. Já em 2008 candidata-se e é eleita com 10.029 votos em 97 bairros de Fortaleza, com concentração nos bairros Pirambu (1.463), Cristo Redentor (1.533), Carlito Pamplona (1.608). Irmã do deputado estadual Agostinho Moreira e filha do ex-

vereador Agostinho Moreira Silva, a vereadora vem família de políticos com atuação concentrada nos bairros Carlito Pamplona e Pirambu.

A partir de dados preliminares desenvolvo uma tipologia das vereadoras de Fortaleza por meio da análise das biografias, das trajetórias políticas e do capital acumulado. O mapeamento da base social das representantes também se mostra de fundamental importância para tentar compreender as relações existentes entre o mandato e os grupos de referência. Esses dados serão levantados mais fortemente durante o processo eleitoral.

As investigações de Lopes (2005) acerca das dinâmicas da política municipal de Fortaleza apontaram para a emergência de um novo padrão de representação na Câmara Municipal a partir da década de 1990. Por meio da base social de representação dos vereadores e do capital político, o autor cria uma categorização das lideranças políticas locais, estabelecendo tipos ideais de vereadores (*de comunidade de bairros, ideológicos e institucionais*).

Para Lopes, a profunda mudança na representação parlamentar foi resultado do declínio do vereador tradicional e da presença de vereadores das profissões de médicos, vereadores evangélicos, vereadores ideológicos, além de uma nova representação que ele denominou de *vereador institucional*. Este tipo ideal é constituído por profissionais oriundos de instituições públicas e privadas, especialmente da área da saúde e de setores estratégicos da administração municipal que se destacaram pelo serviço prestado. Esse tipo de vereador mais fortemente faz a mediação entre o poder público e a população.

Num levantamento inicial, encontrei dados para fazer uma classificação provisória das parlamentares analisadas. Entretanto, o desenvolvimento da pesquisa de campo ainda trará informações que poderão corroborar ou negar esta categorização.

Tomando como referência a tipologia estabelecida por Lopes, baseada na acepção de tipo ideal<sup>4</sup> de Weber, informações referentes à biografia e à trajetória política da vereadora Eliana Gomes sinalizam para uma classificação do tipo *ideológica*, dada a sua inserção nos movimentos sociais de bairro e o pertencimento a organização partidária ideológica. A vereadora entrou na política por meio da sua atuação em movimentos sociais desde a década

---

<sup>4</sup> “a acentuação unilateral de um ou vários pontos de vista, e mediante o encadeamento de grande quantidade de fenômenos isoladamente dados, difusos e discretos, que se podem dar em maior ou menor número ou mesmo faltar por completo, e que se ordenam segundo os pontos de vista unilateralmente acentuados, a fim de se formar um quadro homogêneo de pensamento. Torna-se impossível encontrar empiricamente na realidade esse quadro, na sua pureza conceitual, pois trata-se de uma utopia”. WEBER, Max. A “objetividade” do conhecimento nas Ciências Sociais. In: COHN, Gabriel. Weber: Sociologia. São Paulo: Ática, 2003.

de 1980 quando participou da fundação da Associação de Moradores do bairro Ellery e presidiu por duas vezes a Federação de Bairros e Favelas, ocasião em que se filiou ao PC do B.

Os discursos e práticas que norteiam o mandato da vereadora dão evidências de uma atuação ligada aos setores excluídos como as mulheres e os moradores de áreas de risco. Quando indagada sobre sua atuação parlamentar e a quem o seu mandato representa a vereadora assegura que carrega “pauta muito grande de reivindicação das mulheres. E também por ser a única mulher comunista a assumir uma cadeira legislativa, é uma grande responsabilidade<sup>5</sup>”. Grande parte do trabalho político realizado na Câmara tem sido relacionado a questões “femininas” e a habitação. Dentre os projetos de lei de autoria da vereadora aprovados pelos pares é possível identificar projetos ligados às áreas de saúde da mulher (1), habitação (1), educação (2), segurança alimentar (1) e cultura popular (1).

O mandato da parlamentar também é marcado pela organização de audiências públicas com temas específicos (quadra chuvosa, enfrentamento da violência contra a mulher etc) e por audiências que contemplam discussões diversificadas tais como: o papel do Conselheiro Tutelar, lei da regulamentação do horário do comércio em Fortaleza, situação das creches públicas, políticas públicas para enfrentamento às drogas no Ceará, apresentação de diagnóstico elaborado pelo NUHAB sobre as áreas de risco em Fortaleza, dentre outros temas.

O *vereador institucional* caracteriza-se pela capital político acumulado sobre o trabalho realizado na instituição que o projetou na cena pública. Assim é a trajetória de Magaly Marques cujo capital político<sup>6</sup> se desenvolveu a partir da função de médica do serviço público de saúde. Segundo Lopes, esse tipo de vereador não mantém vínculos permanentes com nenhum segmento social organizado e legitima sua atuação no campo político pelo que já fez à frente de uma instituição e não pelo que fará, tornando assim o elo com a instituição condição de sobrevivência política. Atualmente a vereadora é perita do INSS e médica de um pronto socorro da capital. O relato da vereadora deixa evidente o tipo de relação entre eleitor e a parlamentar:

“eu já ajudei muita gente sem nenheu interesse político, até porque eu era muito jovem nessa época. Eu alfabetizei muita gente , dentro das

---

<sup>5</sup> Vereadora Eliana Gomes em entrevista à pesquisadora em 14/03/2012

<sup>6</sup> O capital político acumulado pela vereadora é caracterizado por Bourdieu como resultado da conversão de popularidade adquirida em outros campos (profissional) e também à transferência de capital econômico por meio de campanhas eleitorais.

minhas limitações. Quando passei no vestibular de medicina, então cresceu mais o apego daquelas pessoas. Por que a gente sabe que a área de saúde é muito carente. Quando eu era estudante lá na Santa Casa de Misericórdia, eu levava aquele povo mais carente para dar as devidas soluções aos seus problemas lá. Acho que isso aí cria um vínculo afetivo, de muita amizade<sup>7</sup>”

Sua atuação na Câmara de Vereadores se concentra na presidência da comissão de Legislação, Justiça e Cidadania. Esta comissão é a mais importante e por isso tem uma demanda de trabalho intensa. Todos os projetos são submetidos a ela para o julgamento da constitucionalidade do pedido para posteriormente ser encaminhado à comissão competente. Na sua quinta legislatura, a vereadora também teve três projetos de lei de sua autoria aprovados sobre os temas relativos ao ordenamento urbano, legislação sobre saúde e habitação.

O *vereador comunitário* é aquele que se caracteriza pela alta concentração de votos numa dimensão territorial de bairros e possui vínculos muito estreitos de afetos com seus eleitores. Nesse contexto, se inscreve a atuação da vereadora Leda Moreira. Também originária de uma herança familiar – o pai Augustinho Moreira foi vereador por cinco mandatos e o irmão, Augustinho Moreira Filho, deputado estadual reeleito para o segundo mandato na última eleição de 2010. A vereadora é de um grupo familiar que tradicionalmente atua nos bairros Pirambu e Carlito Pamplona, onde alguns membros da família mantêm residência.

O mandato da vereadora é caracterizado por dois fatores: pela concentração e pela transferência de votos nos bairros dada inicialmente pelo pai e posteriormente pelo irmão. Esta transferência de capital político familiar será explorada na construção do perfil da vereadora. Vale ressaltar que as vereadoras parecem ter uma mistura de tipos de capital, sendo classificadas segundo aquele que aparentemente foi mais determinante para a vitória nas eleições.

Quando perguntada sobre quem a vereadora representa, ela corrobora a observação feita acerca da concentração do seu eleitorado? “aqui nós somos representantes, eu me considero representante da minoria (...) os meus votos geralmente são concentrados ali no Pitambu, são de uma classe pobre, de uma classe humilde. Então eu me sinto privilegiada e procuro honrar de todas as maneiras essa representação, esse reconhecimento<sup>8</sup>”

---

<sup>7</sup> Vereadora Magaly Marques em entrevista ao Especial Mulher – TV Fortaleza, 07/03/2012.

<sup>8</sup> Vereadora Leda Moreiras em entrevista ao Especial Mulher – TV Fortaleza, 07/03/2012

Dentre as atividades parlamentares desenvolvidas pela vereadora é aceitável afirmar que não há proposição de leis, no entanto existe uma concentração de requerimentos expedidos aos órgãos do poder executivo municipal solicitando providências para a solução de problemas ligados à drenagem e pavimentação de ruas (82) e iluminação pública (16). Esta vereadora parece fazer a mediação entre população e executivo de maneira contínua.

### **A estréia na política**

A presença de mulheres na cena pública brasileira nas últimas décadas é inquestionável, sobretudo nos movimentos sociais nas décadas de 1970 e 1980 que foi marcado por lutas por direitos sociais, justiça econômica e pelo processo de democratização. Esta significativa presença feminina nos movimentos sociais não se expressou na participação feminina na política institucional via democracia representativa. O número de postulantes a cargos públicos teve um aumento considerável na década de 1980, entretanto, poucas mulheres lograram êxito em suas candidaturas.

Em Fortaleza, um grande número de mulheres oriundas dos movimentos sociais se candidatou à Câmara de Vereadores, especialmente lideranças femininas de bairros. Contudo, nenhuma candidata se elegeu. Da década de 1990 até hoje poucas mulheres passaram pela Câmara Municipal de Fortaleza. Mesmo com o incremento da política de cotas, observa-se uma sub-representação feminina na casa legislativa. Dados do TSE<sup>9</sup> mostram que o número mulheres nunca ultrapassou 12% dos vereadores. Atualmente este número corresponde a aproximadamente 8% do número de vereadores.

A inserção na política institucional nem sempre se dá de maneira planejada. Muitas vezes a candidatura surge por uma imposição do partido. Em outras ocasiões o parlamentar pode argumentar que a comunidade em que vive ou que assiste exigia sua candidatura, representando assim um sacrifício pessoal em nome do coletivo. Fica evidente nos discursos das vereadoras de Fortaleza essa complicada relação entre obrigação e satisfação:

“ (...) a candidatura não foi idéia minha e nem da minha família, foi ideia deles<sup>10</sup>. Eles achavam que eu já tinha dado uma contribuição muito grande, mas eles queriam um representante maior da sua região.

---

<sup>9</sup> Ver sítio do TSE <http://www.tse.gov.br/eleicoes/eleicoes-antiores>.

<sup>10</sup> -Comunidade de pescadores e estivadores localizada no bairro Varjota, local onde a família da vereadora se estabeleceu quando migrou para Fortaleza na década de 1970,



Então, eles quase que me imploraram para que eu participasse da política<sup>11</sup>”.

“Minha trajetória política começou por acaso. O meu pai foi vereador por duas vezes na década de 1970 e ele tentava se re-eleger e não conseguia. Em 1992 ele foi eleito, eu o assessorava e fiquei quase como uma segunda pessoa (...) foi por acaso porque não era minha pretensão, mas aconteceu<sup>12</sup>”.

“(...) o Partido decidiu que eu seria candidata. A primeira vez foi uma dura realidade porque esse espaço político é um espaço muito difícil para as mulheres, principalmente as mulheres do campo social (...) foi uma decisão coletiva do meu partido. Mas é uma decisão que pesa muito na vida pessoal, porque eu não sou filha de prefeito ou de prefeita, nem de vereadora ou vereador, nem deputados, então isso faz a luta se afirmar mais ainda<sup>13</sup>”.

Os depoimentos assinalam para uma estréia na cena política não premeditada, o que nos permite considerar essa escolha como uma “missão”, na medida em que se coloca acima de interesses pessoais.

Outra característica desta entrada das mulheres é a de que ela não se faz em silêncio, pois é carregada de símbolos e estratégias discursivas que buscam destacar a mulher de um ambiente com predominância masculina. Esses discursos acionam a “identidade de gênero” como mecanismo de diferenciação e afirmação para justificar a presença feminina no campo político, que enaltecem atributos como verdade, sensibilidade e honestidade, colocando a mulher como portadora de valores universais e ainda não contaminados pelo mundo “sujo” da política.

Pinto (1998), ao investigar as eleições como um dos momentos de migração de idos movimentos sociais para a política institucional, bem como a existência de um perfil próprio das mulheres ao Legislativo municipal em Porto Alegre, concluiu que o campo político ainda é dominado pelos políticos tradicionais, ou seja, homens adultos, de meia-idade, brancos e proprietários. A participação de grupos excluídos como o das mulheres, por exemplo, é forjado a partir de espaços construídos fora da política institucional, têm origem nos movimentos sociais e se constituem através de questões específicas.

A autora observa a existência de três cenários distintos de atuação feminina no campo político: no primeiro, a mulher não dispõe de qualquer tipo de espaço; no segundo ela já tem

---

<sup>11</sup> Vereadora Magaly Marques em entrevista ao Especial Mulher – TV Fortaleza, 07/03/2012.

<sup>12</sup> Vereadora Leda Moreira em entrevista ao Especial Mulher – TV Fortaleza, 07/03/2012.

<sup>13</sup> Vereadora Leda Moreira em entrevista concedida à pesquisadora em 14/03/2012

algum espaço, mas em campos que se restringem a assuntos e temas femininos e, no terceiro cenário, a mulher participa da política com uma postura mais “masculina”, não tendo *a priori* uma posição específica no campo só pelo *fato de ser mulher*.

Lúcia Avelar (2001) argumenta que os assuntos que as mulheres apresentam para a pauta política são diferentes dos propostos por homens, fazendo parte da mudança de concepção da representação política. Segundo a autora, a existência de uma consciência feminista determina a singularidade da atuação política da mulher, reforçando a emergência de novos temas expressivos de diferentes grupos de interesse não contemplados na lógica dos direitos universais.

O *fato de ser mulher* como um elemento articulador na busca de um lugar na política institucional é um dos dilemas que se apresenta no processo de representação feminina. Na tentativa de transformar o que é numericamente inferior em qualitativamente superior (BARREIRA, 2006) as mulheres transferem para o campo político uma versão da *natureza feminina* impregnada no senso comum pela dominação de que a mulher faz uma política mais sensível e de cuidado com excluídos.

Ao discutir essas questões, Miguel (2001) critica o campo essencialista defendido por uma perspectiva feminista de que as mulheres trariam um aporte diferenciado à esfera política por estarem acostumadas a cuidar dos outros. Na condição de agente de uma “política de desvelo” oposta à “política de interesses”, classificada como de domínio masculino, portanto, fria, agressiva e concorrente. Essa forma peculiar de fazer política contrapõe-se à idéia de que as mulheres são melhores advogadas de suas próprias causas, ao mesmo tempo em que nega o direito destas de possuir interesses próprios. Assim, *a subalternidade é mantida e mascarada por um véu de superioridade moral*. (MIGUEL, 2001, p.262).

## **O trabalho parlamentar**

A função mais conhecida do vereador é representar os cidadãos na Câmara Municipal. Para além desta atribuição, são funções do trabalho parlamentar fiscalizar as contas do poder executivo, legislar causas de interesse local, participar da elaboração do orçamento, atuar na manutenção do equilíbrio entre os poderes (executivo e legislativo) e em questões ligadas à gestão municipal.

Nesse contexto, é relativamente esperado que alguns vereadores se destaquem na inserção política por meio de determinado segmento social, como, por exemplo, categorias

profissionais como o representante dos bancários ou a representante do bairro popular. Uma vez que o ato de representar muitas vezes está adstrito a necessidades locais ou a demandas localizadas, a função de vereador é perpassada pelo paradoxo da defesa de demandas específicas ou de demandas gerais, portanto, pela representação de grupos específicos ou de todos os moradores da cidade. Esse é um dos motivos pelos quais a relação que se estabelece entre eleitor e candidato no momento da campanha é, em larga medida, reproduzida no parlamento.

O eleitor, na maior parte das vezes, tem a expectativa de que irá encontrar na Câmara Municipal a solução para os seus problemas, sejam estes pessoais ou coletivos. Kuschnir (1995), em seu estudo, observou que a relação entre vereadores e a população do Rio de Janeiro se baseava em dois tipos de demandas: *pessoais/materiais* e *coletivas/políticas*. A autora utilizou o termo *nativo* de classificação para denominar os vereadores: *assistencialistas* e *ideológicos*. Esses termos sinalizavam duas estratégias diferentes para construção do contato entre vereadores e eleitores, gerenciando uma relação de múltiplas trocas. A conquista do mandato instaura a expectativa no eleitor de que seu voto lhe garantiu um crédito e da parte do vereador a idéia de que há um débito a ser liquidado. Essa relação da troca passa, sobretudo, pelo momento mandato parlamentar na medida em que há uma dupla retribuição *mandato/voto*, os eleitores que pedem antes da eleição garantem o voto, aqueles que pedem depois garantem ter votado e, assim o ciclo de trocas permanece com vistas à próxima eleição.

No caso da Câmara de Fortaleza as questões levadas às vereadoras também podem ser classificadas como gerais e específicas. Ao realizar algumas visitas aos gabinetes, percebe-se que alguns eleitores procuram o parlamentar em busca da solução de problemas ligados à comunidade em que vivem como, por exemplo, saneamento do bairro, iluminação pública ou mesmo levar ao conhecimento da vereadora alguma dificuldade pela qual a comunidade está passando como, por exemplo, o caso de uma comunidade que foi estigmatizada como Carandiru por parte da imprensa local. Os moradores buscavam orientação para obter a retratação pública da emissora de TV. Entretanto, a grande maioria procura solucionar problemas específicos como tirar segunda via documentos, solicitar pagamento de despesas com cartório relativas a casamento, a registro de nascimento, bem como assessoria jurídica.

No caso das parlamentares estudadas há uma sutileza em relação ao atendimento desses “pedidos”. Ao contrário do que observou Kuschnir, de maneira geral os atendimentos

não são realizados nos gabinetes, estes estão na maior parte do tempo vazios. Observou-se que as vereadoras possuem um escritório fora da Câmara para atender à população. Apenas duas assessorias informaram o endereço dos escritórios.

Em uma das visitas a um destes escritórios que os frequentadores chamam de “comitê”, numa conversa com um assessor de uma vereadora foi possível notar que as despesas com o escritório são pagas com a verba de gabinete. No gabinete fica somente um(a) secretário(a) para despachar com a parlamentar, o restante da equipe (motorista, atendente, office-boy etc) trabalha num prédio que a vereadora divide com outro parlamentar, que também possui sua equipe de trabalho.

O gabinete é o local de despacho da solução de problemas. Se o eleitor procura a vereadora para solicitar recapeamento do asfalto da sua rua, é pelo gabinete que o requerimento solicitando providências ao órgão competente é redigido e despachado. Nesse sentido, a função do vereador é também de mediar o contato entre a população e o poder executivo.

No discurso dos vereadores acerca do seu ofício, Kuschnir também identificou uma padronização nas relações que organizavam o mandato parlamentar em três eixos principais: a relação dos vereadores com a população em geral, com os outros vereadores e com o poder executivo. O vereador é a peça central nessas relações, atuando como mediador de *alianças e interprete cultural* entre diferentes domínios do campo político, é o *representante-mediador* entre a população e os poderes públicos.

O êxito política está justamente na capacidade do representante estabelecer um vínculo com o eleitor, fazendo com que este sinta que o representante compartilha os mesmos valores e preocupações, ao mesmo tempo em que é alguém diferente que pode trazer soluções os problemas, proporcionando o acesso ao poder público. Isso significa dizer que quanto mais distantes os grupos de referência estão dos instrumentos materiais e culturais necessários à participação ativa no campo político (BOURDIEU, 1989), tanto maior será o processo de representação por parte dos *professionais*. A representação convive com a ambigüidade entre o processo de profissionalização necessário à representação e o distanciamento do modo de vida representado, e ainda com a negação de interesses individuais em detrimento de interesses do coletivo representado.

O trabalho parlamentar envolve ações coordenadas que extrapolam o âmbito da Câmara. Além das atividades nas comissões, nas reuniões e no plenário, as representantes

ainda realizam visitas com o objetivo de fiscalizar os serviços oferecidos por instituições ligadas ao poder executivo municipal e, em alguns casos, estadual e organizam audiências públicas em alguns bairros da cidade. A agenda da vereadora Eliana Gomes contempla vistoria em creches e conselhos tutelares, organização e mobilização de moradores de áreas de risco para a realização audiências públicas e mediar a solução de conflitos entre o poder público e a população. Essas atividades evidenciam uma rede de sociabilidade política relacionada às diferentes formas de atuação e representação.

Dos gabinetes visitados, apenas a sala de uma vereadora possuía um grupo de profissionais para organizar a agenda da vereadora, tomar providências administrativas e realizar o contato com as “bases” do mandato. Os demais possuem apenas um funcionário que atende às demandas dos escritórios e organiza a agenda da vereadora para atividades na Casa que envolve reuniões em comissões e participação em sessões plenárias. O expediente de grande parte dos gabinetes se concentra das terças-feiras às quintas-feiras, ocasião em que há atividade parlamentar no plenário da Câmara e reuniões das comissões. Na maioria das vezes, nos outros dias os gabinetes se encontram fechados para o atendimento à população que tanto no caso da vereadora Magaly Marques como da vereadora Leda Moreira acontece às segundas-feiras.

De maneira geral, o trabalho das parlamentares não se distingue das atividades de qualquer vereador empenhado em garantir sua sobrevivência política. No caso do trabalho nas comissões elencadas na tabela abaixo, observa-se uma participação das mulheres em áreas consideradas de monopólio masculino como a presidência de comissões. As participações mais significativas são das vereadoras Eliana Gomes e Magaly Marques como presidentes das respectivas comissões de Defesa dos Direitos Humanos, da Mulher, da Juventude, da Criança e do Idoso e de [Legislação, Justiça e da Cidadania](#), fato pouco comum em casas legislativas municipais.

<b>COMISSÃO</b>	<b>Nº. TOTAL DE TITULARES</b>	<b>Nº. DE MULHERES</b>
Defesa dos Direitos do Consumidor	7	0

Defesa dos Direitos Humanos, da Mulher, da Juventude, da Criança e do Idoso	7	2
Desenvolvimento Econômico, Turismo, Emprego e Renda	7	1
Desenvolvimento Urbano, Habitação e Meio Ambiente	7	0
Legislação Justiça e da Cidadania	9	2
Orçamento, Finanças, Controle e Fiscalização	7	1
Segurança Pública	7	0
Seguridade Social e Família	7	0
Viação e Transporte	7	0
Especial da Copa 2014	6	1

Fonte: - <http://www2.cmfor.ce.gov.br/>

A hipótese de que a frequência de mulheres nas comissões é um sintoma de divisão desigual do poder pode ser relativizada por duas questões: primeiro, pela ocupação de espaços antes restritos aos homens como é o caso da presidência em comissões estratégicas para o trabalho parlamentar (Comissão de [Legislação, Justiça e da Cidadania](#)). Outra questão a ser considerada diz respeito à tendência de que as representantes dêem seqüência a causas pelas quais militaram ao longo de suas trajetórias políticas. Nesse sentido, a profissão de educadora social ou militante de movimentos sociais ligados a habitação podem explicar o interesse de uma vereadora por uma determinada comissão, o que se contrapõe à idéia da divisão hierárquica e excludente do trabalho político.

Por outro lado, ainda existem determinadas áreas de atuação em que as mulheres ainda não conseguiram se estabelecer com a liderança do partido e a mesa diretora da Câmara. A única parlamentar a participar da mesa diretora até o momento foi a vereadora Magy Maruques. Por duas legislaturas a vereadora desempenhou a função de 2ª e 3ª. Mas nunca uma mulher chegou a presidência da mesa diretora da Câmara Municipal de Fortaleza.

Barreira (2006), em investigação realizada no Congresso Nacional, percebeu que o trabalho parlamentar é marcado pela diferenciação hierárquica, considerando-se a existência de um monopólio masculino construído ao longo da história das casas legislativas. A presidência da mesa diretora, a participação hegemônica em comissões e desempenho no

cargo de liderança partidária é marcada pela dominação masculina; a presença feminina é escassa nessas funções.

Logo, a relação das parlamentares com causas ditas de interesse feminino não necessariamente se dá somente por identificação. Em alguns casos, é o único espaço disponível para atuação no campo político. Ademais, os temas “sociais” com os quais geralmente as parlamentares se identificam são relegados à condição de segunda classe por se tratar de questões de menor prestígio no campo político, exigindo menos capital simbólico, portanto, alavancando de forma menos expressiva a carreira futura. Os temas relativos à administração pública, política econômica, relações internacionais são, grosso modo, território de atuação masculina, com algumas exceções.

## **Conclusão**

Ao final deste artigo conclui-se que como mostra a literatura política e também os dados ilustrados acima a entrada da mulher na vida política se dá por dois caminhos distintos, porém não excludentes: por meio das relações familiares como é o caso das vereadoras Magaly Marques e Leda Moreira, e por meio da participação política prévia, caso da vereadora Eliana Gomes. Se o capital político é acumulado em função do “prestígio” de pais e irmãos, também pode ser construído em uma atividade política anterior. A origem dessa espécie de capital simbólico que pode ser adquirido por delegação familiar/partidária ou por conversão de um campo social ao campo político, vai determinar a posição do parlamentar no campo de forças ao qual ele está inserido.

No caso das mulheres, a entrada na política com um relativo atraso, ocasionado por um processo histórico de negação dos direitos femininos, faz com que estas ocupem a posição de dominadas por possuírem menor *status* já que elas também detêm menor capital político.

Outra forma de acúmulo desse capital está na atuação política em setores considerados estratégicos como aqueles relativos à administração pública, política econômica, relações internacionais, já que dão uma visibilidade maior ao parlamentar. De modo geral o trabalho das parlamentares não se distingue das atividades de seus pares do sexo masculino, na medida em que ambos levam à discussão em plenário de temas bastante diversificados, que não fazem parte somente de uma agenda feminina.

Entretanto, as causas de interesse específico das mulheres (direito a creches, abertura de delegacias da mulher, atendimento pré-natal etc) são defendidas apenas por uma vereadora,

fato que confirma que nem sempre as mulheres são as melhores representantes das mulheres. Muitas vezes a vereadora depois de eleita vai defender os interesses da sua base eleitoral. Isso não exclui a possibilidade de em algum momento as vereadoras unirem força por uma causa específica.

### **Referências bibliográficas**

ARAÚJO, Clara. As cotas por sexo para a competição legislativa. *Revista Dados*, v. 44, n. 1, Rio de Janeiro: IUPERJ, 2001.

AVELAR, Lúcia. *Mulheres na elite política brasileira*. São Paulo: UNESP/Konrad Adenauer Stiftung, 2001.

BARREIRA, Irllys. *O reverso das vitrines: conflitos urbanos e cultura política*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992.

\_\_\_\_\_. Lideranças Femininas no Congresso Nacional: performances, valores e *habitus*. *XXX Encontro Anual da ANPOCS*, Caxambu, 2006.

\_\_\_\_\_. *Imagens Ritualizadas - Apresentação de mulheres em cenários políticos e eleitorais*. Campinas: Pontes Editores, 2008.

BLAY, Eva. *As Prefeitas - a participação política da mulher no Brasil*. Rio de Janeiro: Avenir, 1978.

BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. 5. ed. Brasília: Editora UnB, 2000.

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

\_\_\_\_\_. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

\_\_\_\_\_. Razões práticas: sobre a teoria da ação. 5. ed. Campinas: Papyrus, 1996

COLLOVALD, Annie. Identité(s) stratégique(s). *Actes de la Recherche en Sciences Sociales* 73, Éditions de Minuit, Paris, 1988.

KUSCHNIR, Karina. *O cotidiano da política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

\_\_\_\_\_. Em troca do mandato: a relação entre vereadores e seus eleitores. *Comunicações do PPGAS*, Museu Nacional, Rio de Janeiro, 1993.



LOPES, Valmir. *As lógicas da representação política: o processo de mudança de lideranças políticas em Fortaleza*. Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia UFC, Fortaleza, 2005.

MARESCA Sylvain. La representation de la Paysannerie, remarques ethnographiques sur le travail de représentation des dirigeants agricoles. *Actes de la Recherche*, Paris, n. 38, Editions de Minuit, 1981.

MIGUEL, Luis Felipe. Política de interesses, política do desvelo: representação e “singularidade feminina”. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 253-267, 2001.

\_\_\_\_\_. Influência e resistência: em busca de um modelo complexo da relação mídia/política. In: Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (COMPÓS), 10., Brasília, mai./ jun. 2001.

\_\_\_\_\_. Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso Brasileiro. *Revista de Sociologia e Política*, n.20, p.115-134, jun. 2003.

PALMEIRA, Moacir; GOLDMAN, Marcio. *Antropologia, voto e representação política*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1996.

PINTO, Celi Jardim. Afinal, o que querem as mulheres na política? Candidatos à câmara Municipal em Porto Alegre. In: BARREIRA, Irllys e PALMEIRA, Moacir (Orgs.). *Candidatos e candidaturas: enredos da campanha eleitoral no Brasil*. São Paulo: Anna Blume, 1998.

\_\_\_\_\_. A mulher da campanha gaúcha na República Velha. *Ciências Sociais Hoje*, ANPOCS, São Paulo, 1987.

RIOS, Genílria de Almeida. *Patrícia Gomes: a trajetória de uma campanha*. Monografia de graduação. Curso de Ciências Sociais UFC, Fortaleza, 2002.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Sociedade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995.

SCOTTO, Gabriela. O Visível e o Invisível - considerações sobre uma candidatura. *Comunicações do PPGAS*, Museu Nacional, Rio de Janeiro, 1993.

WEBER, Max. A “objetividade” do conhecimento nas Ciências Sociais. In: COHN, Gabriel.  
Weber: Sociologia. São Paulo: Ática, 2003, pp. 106-109